

PENSAMENTO DE JOHN LOCKE SOBRE EDUCAÇÃOⁱ

Dra. Teresa Kazuko Teruya ☎ 0000-0002-4876-4400
Me. Márcia Gomes Eleutério da Luz ☎ 0000-0002-2959-4020
Universidade Estadual de Maringá – UEM

RESUMO: Este artigo discute a educação no pensamento de John Locke, o pai do empirismo britânico. Para situar o pensamento de Locke, recorreremos a uma breve biografia, aos acontecimentos históricos do século XVII e relações entre a educação e o empirismo. Esse pensador expressou ideias acerca da educação para seu tempo e, no entanto, ainda influencia o ensino da escola contemporânea brasileira. Uma das grandes contribuições de John Locke

para o pensamento liberal é a sua concepção de libertar o homem para ações de diversas ordens, desde que esse tenha conhecimento, disciplina mental e física para responder às exigências da sociedade burguesa. Concluímos que o ideário liberal de Locke está presente nos diversos segmentos de nossa sociedade que atribuem à educação contemporânea uma possibilidade de alcançar o mérito e a ascensão social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; empirismo; John Locke.

JOHN LOCKE'S THOUGHT ABOUT EDUCATIONAL

ABSTRACT: This paper discuss education in John Loche's thought, the father of British empiricism. For a better contextualization, we first present a short biography about him, as well as give a brief overview on some historical developments in the 18 century and their relations with education and empiricism. John Locke created ideas for education considering his own times, nevertheless even today has influence on the teaching in Brazilian schools. One of John Locke contributions to liberal

thinking is your concept of to freedom the human beings to take actions in any situation as long as they have knowledge and mental and physical discipline to meet the necessities of bourgeois society. As conclusion for this work, we point out that the liberal believes of John Locke are present in many instances of our actual society, so associating to the contemporary education the possibility to lead the individual to a social ascension.

KEYWORDS: Use three key words, but using point and comma.



1 INTRODUÇÃO

O pensamento de John Locke sobre a educação relaciona-se com os acontecimentos históricos do século XVII, quando despontava a ascensão da burguesia inglesa e as relações entre educação e empirismo. Os conceitos liberais de Locke influenciaram o pensamento filosófico, social e político da sociedade capitalista de produção. Suas ideias estavam em sintonia com o pensamento revolucionário do século XVII na Inglaterra e seu pensamento considerado um clássico nas ciências humanas. Ele propôs uma educação inovadora para a sua época, pois suas ideias políticas e educacionais influenciaram as teorias educacionais da contemporaneidade.

Locke deixou um legado expressivo não somente para a filosofia, mas também para a moral, a política e a educação, como o principal representante do empirismo inglês. No Ensaio sobre o entendimento humano, escrito em 1690, apresenta sua teoria do conhecimento sobre a essência do ser humano.

Locke pode ser considerado um representante de um pensamento crítico em sua época ao pretender que toda a afirmação humana seja submetida a prova da experiência e, portanto, colocar no centro do próprio trabalho os princípios de verificação experimental e da inferência empiricamente comprovada. Em sua obra datada de 1693, *Alguns Pensamentos Sobre Educação*, Locke (1999a) desenvolve um empirismo explícito e radical, opondo-se ao inatismo e a predestinação, mencionados no pensamento tradicional e presentes na filosofia europeia do século XVII.

As características típicas e únicas da gnosiologia de Locke representam a valorização do empirismo e da tolerância assumida como princípio norteador, pois compõem a base da reflexão pedagógica do pensador inglês. Com efeito, o comprometimento de Locke no campo educativo baseia-se em princípios empiristas e enfatiza a necessidade da relação que deve existir entre a instrução

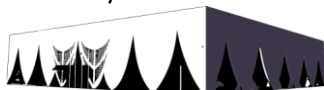


oriunda do mundo externo e o desenvolvimento interno da mente e das suas funções intelectuais.

O pensamento de John Locke situa-se em um mundo de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, ou seja, na transição da sociedade feudal caracterizadas pelas práticas agrícolas para a sociedade assalariada e comercial. As alterações na organização econômica e política geram tensões em outras esferas, entre elas, a de classes. A ascensão da burguesia confronta o poder das classes então dominantes: nobreza e clero.

A expansão comercial do século XVII vislumbra novas expectativas de vida que proporcionam ao homem outros olhares sobre trabalho e atuação social. O pensamento de Locke auxilia na proposição de uma educação para a vida. A educação do *gentleman*, o homem de negócios, fundamenta-se na teoria empirista com base nos conceitos como a experiência para a construção do saber. Nesse sentido, Locke questiona o surgimento das ideias inatas - teoria que supõe que os conhecimentos são inatos ao homem - e propõe que o contato e a experiência com a natureza auxiliam na formulação de sua própria maneira de ver, agir e pensar o mundo. Na educação, ele prioriza os sentidos como a fonte do pensamento humano porque é resultante da experiência por meio da relação com o meio e com o Outro.

Nas duas obras de sua autoria: *Alguns pensamentos acerca da educação* (1999a) e *Ensaio acerca do Entendimento Humano* (1999b), John Locke defendeu a educação moralista voltada para o entendimento do homem. De suas vivências e experiências, formulou conceitos à função social e ao estar no mundo dos negócios. Assim, suas ideias abrem espaço para uma análise dos conceitos sobre educação, sociedade e política de sua época.



2. LOCKE NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DA BURGUESIA INGLESA

A partir do século XVI, o comércio inglês estava em pleno desenvolvimento com o aperfeiçoamento da navegação. Isso incentivou a pirataria, as grandes navegações de cunho comercial e o tráfico de escravos. Esta mudança na organização econômica do comércio favoreceu o crescimento das cidades que possuíam uma população aumentada com a derrocada da estrutura feudal e o êxodo da população rural. O comércio tinha papel importante, porque os contratos passavam a ter uma crescente relevância nas relações privadas. As principais atividades interligadas à atividade industrial inglesa eram: manufatura, processamento de tecidos e extração de carvão.

Essas modificações contribuíram para o aprimoramento de técnicas agrícolas e no aumento significativo da produção agrícola. Esse fator ocasionou maior eficiência na produção e a diminuição da política dos enclausures até 1640, gerando aumento do valor da terra. Os cercamentos das terras comuns que ocorreram no século XV provocaram graves consequências sociais, tais como: “evasão da população rural para as cidades, baixa do nível de vida das populações mais carentes e seguidas revoltas agrárias” (SALGADO, 2008, p. 25). A agricultura passou por transformações, pois os mercadores que investiam em propriedades rurais exploraram aluguéis com arrendamentos ou utilizavam empregados assalariados para trabalhar na terra. Assim, o pequeno lavrador, expulso de sua terra, engrossava as “fileiras do proletariado ou semiproletariado rural, conseguindo emprego assalariado quando tinha sorte e sendo flagelado pela crueldade da Lei dos Pobres dos Tudor quando a sorte não lhe sorria”. (DOBB, 1986, p. 90)

O Estado inglês já possuía uma relativa centralização, herança principal do sistema feudal inglês. Assim, o aparato estatal estava se organizando de forma sistematizada. A nobreza e a Aristocracia assumiam cargos judiciais e administrativos. A unificação do Estado inglês também foi garantida através da consolidação de instituições como o Parlamento. O exército inglês se firmava no



embate entre o Estado e o Parlamento, sendo que o Parlamento liberava os recursos para financiamento da guerra.

O século XVII fundamentou diversas ordens, dentre elas, a política. Os empiristas e racionalistas criticavam as ideias metafísicas defendidas por instituições religiosas e pela monarquia que representava o centro das decisões políticas, econômicas e jurídicas. Na concepção empirista, as limitações do homem burguês só seriam superadas por meio da experiência.

O empirismo, fator que possibilita ao homem testar a veracidade de suas ideias por meio da experiência, desvincula-se da crença nas *forças metafísicas* influentes na história humana. A característica de rompimento do empirismo com as ideias sobre transcendência, traz a razão como parte do processo para a formulação do conhecimento. Este, por sua vez, desprovido de conotações absolutas, pois a permanência da verdade precisa ser constantemente testada por meio da experiência.

Já ao longo da Idade Média, os pensadores ingleses foram mais atrevidos, ou seja, mais criativos e ousados em comparação com os demais. Para exemplificar, basta lembrar Bacon (1210-1292), Duns Scotus (1266-1308) e Guilherme de Ockam (1300-1349). Nota-se, além disso, que só em 1789, com a revolução Francesa, é que a Europa, em geral, experimenta esse clima que na Inglaterra já era vivenciado no século XVI (GHIGGI; OLIVEIRA, 1995, p.1).

A Inglaterra esteve à frente dos demais países europeus no que se refere ao seu processo de urbanização e, futuramente de industrialização. E a consequência dessa mudança inicialmente social e, por conseguinte, econômica, impulsiona os pensamentos de mudança nas inter-relações entre o homem e a sociedade.

A Inglaterra, em meados do século XVII, intensificava suas atividades no mundo do comércio e dos transportes que movimentavam o crescimento das empresas capitalistas. Os cientistas contribuíram com suas pesquisas no atendimento das necessidades mercantis. As investigações científicas procuravam solucionar os problemas técnicos para o aperfeiçoamento da boa navegação. O



progresso do país dependia das construções de barcos utilizados pelos militares e pela marinha mercante em expansão. No campo científico, portanto, as preocupações centravam-se na produção de instrumentos práticos, úteis e imediatos (GARCIA, 2012, MERTON, 1970).

As observações com as lentes dos telescópios foram úteis para estabelecer as longitudes e inovar as técnicas da astronomia, da navegação, da geografia, da matemática, da mecânica e dos relógios de pêndulo e de bolso. Vários cientistas procuraram observar a hora das marés para formular uma teoria e contribuir para a solução de um problema da navegação. A escassez de madeira era outro problema; o uso do carvão resolvia o problema do combustível, mas ameaçava a construção de navios (TERUYA, 2004, p. 120).

A comunidade científica inglesa, segundo Merton (1970), estava envolvida com os valores puritanos fundados no utilitarismo e no empirismo que impulsionara o progresso científico. O autor sustenta que a ética puritana influenciou nos interesses dos ingleses pela ciência e pela invenção tecnológica como condição para melhorar a vida social e material da sociedade. Os cientistas protestantes formavam uma sociedade científica que priorizavam o estudo sistemático, racional e empírico da natureza para promover o bem-estar da humanidade por meio da ciência, com a finalidade de aliviar as tarefas dos homens.

Nesse contexto de acontecimentos nos campos científicos, políticos e filosóficos na Inglaterra, Locke (1632-1704) viveu a maior parte de sua vida. A sua influência na sociedade burguesa da Inglaterra torna Locke um importante pensador do século XVII, entretanto, suas teorias não se estagnaram em seu tempo, uma vez que seu pensamento influenciou a pedagogia moderna e ainda exerce influências no pensamento educacional e no sistema de ensino vigente, sobretudo o empirismo.



3. O EMPIRISMO E A PEDAGOGIA DE JOHN LOCKE

Locke é considerado um dos mais importantes precursores do Iluminismo europeu e fundador do empirismo inglês. Seu pensamento é considerado um clássico da tradição filosófica. Sua educação realista objetiva investigar os fenômenos naturais e a proposição de ideias que, futuramente, influenciaria o pensamento de outros teóricos, por exemplo, Rousseau.

O empirismo de Locke remete às ideias de Bacon de que o saber é poder e analisa o pensamento humano, a fim de entender como se processa psicologicamente (HILSDORF, 2005). E foi em busca da análise orgânica que na obra *Ensaio sobre o entendimento Humano* (LOCKE, 1999b), o empirismo é uma concepção presente no início de seu primeiro capítulo. Ao investigar a origem do pensamento humano, questiona: como o homem formula todas as ideias? A esse questionamento Locke responde com uma única palavra: experiência. É ela que fundamenta toda lógica do conhecimento. Nela se encontra todas as

[...] observações que fazemos sobre os objectos exteriores e sensíveis ou sobre as operações internas da nossa mente, de que nos apercebemos e sobre as quais nós próprios reflectimos, que fornecem à nossa mente a matéria de todos os pensamentos (LOCKE, 1999b, p. 106).

No pensamento empirista de Locke, há uma crença de que os elementos externos e internos do homem funcionam como a fonte de onde provém todo o conhecimento e, por consequência, as ideias que por ventura venha a ter. É da sensação externa que são percebidas as noções de cores, temperaturas, profundidades, texturas e as demais sensações experimentadas que dependem diretamente da experiência sensorial para chegar ao entendimento do objeto.

Ainda para Locke (1999b), outra fonte de experiência deriva-se de operações que ocorrem no interior da mente humana, que se debruça nas ideias incorporadas, depois estabelece o processo da análise e da reflexão despertadas pelas sensações do pensar, do querer, do raciocínio e das demais ações que se tem consciência em uma propriedade conhecida como “sentido interior”.

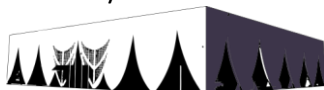


O conceito de ideia, explica Puster (2003), é o pilar básico da filosofia empirista de Locke, o qual assume o conceito de Descartes, derivado do determinismo tradicional da ideia como pensamento de Deus. Essa supervalorização do conceito de ideia do tipo cartesiano-lockeano, é designado como ideísta. As ideias são os alicerces do conhecimento e a experiência é a única fonte do saber. O significado de ideia é amplo porque cada conteúdo da consciência é uma ideia. A peculiaridade desse conceito pode “[...] ser subsumido sob o conceito do pensar. Pois como atos de pensamento valem não apenas as atividades racionais, mas também as percepções sensitivas e as ativações do poder da imaginação e da vontade” (PUSTER, 2003, p. 123).

O empirismo valoriza a ciência para a formação da mente em seus sentidos cognitivos e epistemológicos. Se todo o conhecimento é adquirido a partir da experiência, a base da pedagogia de Locke priorizava os sentidos, censurava o estudo das palavras e ensino das línguas. A transformação do pensamento acerca da posição do homem, agora autor de sua própria história, desvincula-o das concepções maniqueístas que atavam suas ideias. É a experiência que desperta esse homem para a tomada de decisões com base na razão (CAMBI, 1999).

John Locke apresentou novos conceitos educacionais e uma nova visão de escola anticlassista, mas não era favorável à universalização da educação, uma vez que o mundo estava dividido em duas classes: as dos ricos que tem capacidade de governar e a dos pobres que devem obedecer para garantir a sobrevivência. Para Cunha (1975, p. 35), Locke demonstrou que a doutrina das ideias inatas “impedia todo esforço para o progresso do conhecimento por observação e experimentação”.

John Locke retratou, pois, o pensamento crítico de seu tempo, no qual toda a afirmação deveria ser comprovada por meio da experiência, tendo em vista, que a investigação experimental desmascara as falsas verdades escondidas no discurso social. Esse pensador liberal se interessava pelo funcionamento cognitivo do indivíduo e investigava as formas pelas quais a mente adquire o conhecimento. Para tanto, Locke estudou todo o trajeto percorrido pelo



conhecimento no ser humano, desde a formulação do saber até que esses dados sejam armazenados na memória.

Dessa análise ele elaborou sua crítica sobre o conceito das ideias inatas presentes nas teorias de Platão e Descartes, pois no entendimento de Locke (1999b), na memória humana não podem existir ideias que não sejam vivenciadas pela experiência, o que pode existir é a capacidade de aprender um conceito o que, todavia, não se trata do conhecimento em si. Alguns conceitos, como a crença em Deus, podem muitas vezes parecer inatos ao ser humano, no entanto, isso se deve ao fato de que essas ideias são ensinadas desde a infância. Desta forma, não nos recordarmos destes ensinamentos por ele ser demasiadamente antigo. Sobre isso, Locke explica que o caráter “aparentemente inato” de determinadas ideias não são nada além de uma experiência que passa despercebida pela memória.

Desse conceito empirista que nega a existência de ideias inatas surge a formulação de outro conceito, no qual a mente humana é comparada a uma *tabula rasa*, ou seja, ela representa um papel em branco pronto para ser preenchido. Os conhecimentos a serem depositados no papel tratam de uma metáfora aos conhecimentos transmitidos no processo de ensino e aprendizagem. Do livro *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, de Locke (1999b, p. 57), transcrevemos a seguir um excerto que expressa o pensamento empirista da teoria de *tabula rasa*.

2) **Todas as ideias derivam da sensação ou reflexão.** Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas idéias, ou as que possivelmente teremos (LOCKE, 1999b, p. 57).

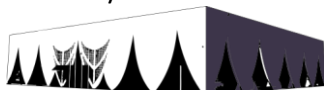


Essa teoria de Locke se evidencia por meio de uma explicação racional, uma vez que o intelecto humano não seria capaz de formular-se do ‘nada’, ele precisaria da figura de um educador ou preceptor para transmitir ideias e conhecimentos, a fim de preencher a *tabula rasa*. Nessa lógica, quanto mais impressões de atitudes nobres a *tabula* possuísse, melhor seria a vida do homem gentil.

Nessa perspectiva, todos os elementos da mente derivam-se da experiência, a qual Locke considera dois tipos distintos: a experiência derivada da sensação e a da reflexão. As ideias que surgem da sensação, da estimulação sensorial direta ocasionada por objetos físicos no ambiente, são impressões sensoriais simples. Enquanto a função mental ou cognitiva de reflexão age como fonte de ideias simples e complexas, portanto, é dependente da experiência sensorial, uma vez que as ideias provenientes da reflexão mental são fundamentadas nas ideias já experimentadas pelos sentidos.

Para tanto, a sensação é imprescindível para que haja a reflexão, pois, é necessário haver primeiro um acúmulo de impressões sensoriais para que a mente se torne capaz de refletir. E é somente no momento da reflexão que é possível recordar as impressões sensoriais anteriores e as combinar de diversas maneiras para então formular as abstrações e as ideias de nível superior, ou seja, torná-las complexas. Posto isso, as ideias emergem das fontes sensitivas e reflexivas, no entanto, essa última permanece como a impressão dos sentidos ou da experiência.

Essa noção de composição de ideias e de sua análise marca o início da abordagem da química mental que caracteriza a teoria da associação, na qual ideias simples podem vir a formar ideias complexas. A associação é o nome antigo para o processo que se chamaria aprendizagem. Assim, em uma analogia como relógios, pode-se afirmar que eles podiam ser reduzidos às suas peças componentes, podendo ser montadas novamente para formar a máquina complexa, era possível fazer o mesmo com as ideias. Esse foi um passo expressivo



para vir-se a considerar a mente tal como já se considerava o corpo: uma máquina.

Schultz e Schultz (1992) explicam que Locke propôs, ainda, a noção de qualidades primárias e secundárias aplicada as ideias sensoriais simples. As qualidades primárias existem no objeto quer a percebamos ou não. Por exemplo, o tamanho e a dimensão de um prédio são qualidades primárias, sendo que a sua cor é uma qualidade secundária. A cor não é intrínseca ao objeto, mas depende de quem a percebe. As qualidades secundárias (cor, odor, som e gosto) não existem no objeto, mas na percepção que o indivíduo tem dele. As cócegas que são provocadas por uma pena, não estão na pena, mas em nossa reação com ela. A dor que sentimos quando nos cortamos com uma faca, não está na faca, mas em nossa experiência com ela. Essas qualidades só existem no ato da percepção, por exemplo, só para quem morde o pêssego, o seu gosto vai existir. As qualidades primárias indicam características físicas como a forma e o tamanho do pêssego, elas existem quer se perceba ou não. A visão mecanicista do mundo sustentava que a matéria em movimento constituía a única realidade objetiva, sendo as cores, os odores e os sabores características subjetivas. Portanto, tudo que pode existir independentemente do observante são as qualidades primárias.

Ao estabelecer essa distinção, Locke (1999b) ficou intrigado e alimentou sua necessidade de compreender a mente e a experiência consciente. Ele incluiu as qualidades secundárias com o objetivo de explicar a falta de correspondência precisa entre o mundo físico e a percepção acerca dele.

Locke formulou teorias voltadas para o entendimento dos desafios políticos e educacionais que respondessem aos problemas de sua época. Pensar, entretanto, em seu contexto histórico-social, não o classifica com um pensador particularista porque procurava teorizar suas ideias de tal maneira a “servir de critério para os homens de todos os tempos, possibilitando a produção de conhecimento e a fundamentação da ação na história” (GHIGGI; OLIVEIRA, 1995, p.12).



Ribeiro (2015) recorre ao liberalismo de Locke sobre a necessidade de estabelecer um pacto social, do qual os homens se submeteriam ao poder constituído pela sociedade civil, ao invés de submeter à a monarquia absoluta, que exercer um poder divino, a fim de evitar guerras. É por meio da educação que o indivíduo se configura como cavalheiro, sobretudo, na forma de preceptorado - uma modalidade educacional na qual o professor é contratado pela família para ensinar a seus filhos as boas condutas e os conhecimentos necessários para a formação do futuro homem de negócios. Seu pensamento exerceu influência na filosofia política do liberalismo e na educação. Um aspecto relevante é enfatizar que o pensamento educacional de John Locke era direcionado para a educação da aristocracia burguesa do século XVII e início do século XVIII. No entanto, esse fato não impediu que alguns de seus conceitos se generalizassem no pensamento educacional para a escola pública e, inclusive, a contemporânea.

A teoria empirista de Locke (1986) investiga a natureza do entendimento humano para descobrir, por meio da experiência, as capacidades do homem e também as suas limitações. Com base no pensamento de Bacon, Locke desenvolveu uma teoria do conhecimento destinada a aprimorar o uso do intelecto. Ele considerou a curiosidade e o desejo de recreação como predisposições inatas que acarretam à cultura da criança. Ele atribuiu aos sentimentos de vergonha e o desejo de sentir-se honrado como os principais motivadores e agentes eficazes para dominar a conduta das crianças e induzi-las ao estudo.

Seus princípios fundamentais era formar homens gentis, que soubessem se comportar na sociedade. Para Locke, o autocontrole era considerado o segredo da integridade moral no seu projeto de educação. O objetivo principal era controlar os desejos e impulsos das crianças. Preocupava-se em transformar a criança em um futuro homem, sendo assim, seu foco não estava na vida atual da criança, e sim em sua vida futura.

Seus pensamentos se destinavam aos filhos da nobreza e da burguesia, para educar o homem egoísta, aquele que buscava acúmulo de riquezas para



assegurar uma posição de prestígio na sociedade burguesa. Os princípios de Locke asseguravam que a educação pautada no rigor físico e intelectual deveria educar o aluno para o cuidado com as funções orgânicas e mentais. No pensamento de Locke, a mente e o corpo devem ser sadios para garantir o estado de felicidade do homem. Para ele, o espírito saudável é o resultado dos cuidados dedicados ao corpo e às ideias. A felicidade, enquanto estado de satisfação dos desejos físicos e mentais, se realiza com a conquista dos direitos à propriedade e ao trabalho (LEONEL, 1994).

As ideias de Locke (1986) para a educação do futuro cidadão burguês ressaltam que em primeiro lugar vem a saúde do espírito, porque é ela quem sustenta a saúde do corpo. Suas considerações sobre a saúde não serão as mesmas que um médico precisa fazer com uma criança doente ou sensível, mas as que os pais devem fazer para preservar e desenvolver em seus filhos uma constituição saudável ou, pelo menos, não insalubres.

Locke protagoniza a educação disciplinar e suas teorias educacionais apresentam três importantes vertentes educacionais: o físico, a moral e o intelectual. O físico era uma de suas maiores preocupações; o cuidado para com ele se justificava pela máxima de Juvenal: corpo são, mente sã. Para o desenvolvimento desse corpo ele propõe uma série de recomendações a serem constantemente adotadas pelos pais que desejam aumentar a resistência física do futuro cavalheiro, seus cuidados se estendem desde banho, alimentação, sono, vestimentas até os comportamentos do pequeno homem (OLIVEIRA, 2003).

Ao longo de sua obra *Alguns pensamentos acerca da educação*, Locke (1999a) propõe uma educação moralista. Em sua perspectiva, o respeito à moral e aos costumes superam a importância de um ensino voltado para o conteúdo disciplinar. Sua maior preocupação a respeito da educação é ensinar ao aluno os conteúdos para além da escola, ou seja, os conhecimentos para sua vida.

Para esse pensador, a educação deve se voltar para a formação do caráter. Esse é um fator de relevância social para o homem, uma vez que seria por meio de suas ações que seus negócios poderiam prosperar, ou seja, por meio das suas



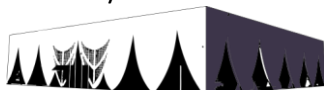
virtudes que a sua vida social favoreceria a sua inserção social. Esta educação do caráter é necessária para o entendimento de que o saber se adquire com o exercício da razão.

A disciplina de educação física nos currículos escolares das escolas particulares ou públicas é um reflexo do pensamento educacional contemporâneo. Não se pode afirmar que os conceitos lockeanos são parâmetros para essa prática na educação escolar, entretanto, observamos a influência de suas ideias no desenvolvimento de um padrão disciplinar que reforça os pensamentos do filósofo.

Para Luzuriaga (1973), uma das contribuições de Locke para a educação escolar é a defesa da leitura e da escrita, como uma instrução necessária a qualquer aluno. Locke defendia a educação moral para a formação integral do corpo e do espírito humano.

A pedagogia de Locke instruía os pais a educar e criar seus filhos com dureza e ternura. Ele não considerava os castigos corporais adequados como meio de disciplina na educação de uma criança. Tal atitude deveria ser evitada, e somente aplicada nas ocasiões de casos extremos. Na educação contemporânea, notamos a influência dessa contribuição tanto na formação dos professores, quanto na prática educacional. Os atos de violência de quaisquer origens são atitudes inadmissíveis tanto para professores quanto para os alunos; o descumprimento dessa norma ética gera penalidades judiciais de grande repercussão no ambiente escolar.

Para Locke, as crianças aprendem melhor quando são utilizados recursos visuais, uma vez que os alunos assimilam melhor as coisas que vê em relação às coisas que ouve. Essa educação preconizada por Locke encontra espaço na pedagogia contemporânea, visto que os recursos visuais estão cada vez mais presentes nas salas de aula, sobretudo, na educação infantil e na alfabetização de crianças contribuem para uma educação lúdica e dinâmica que por meio da experiência sinestésica que estimula os sentidos. O domínio de uma boa linguagem estabelece vínculos com pessoas de diversas origens, o que favorece o



convívio e possibilita que a educação tenha uma função social para além dos muros escolares.

4. CONSIDERAÇÕES

Nesse artigo, situamos John Locke, considerado um clássico da filosofia liberal inglesa, em seu contexto histórico, social e político no qual suas ideias foram formuladas e, sobretudo, entender que a educação proposta por ele não seria uma ideia direcionada ao interesse comum por diversos motivos. Dentre eles, a sociedade moderna presenciava o conflito entre a Contra Reforma e o Reforma disputando o controle intelectual do Renascimento. Locke estava profundamente comprometido com os interesses burgueses e seu pensamento foi compartilhado ao propor uma pedagogia direcionada aos filhos da alta burguesia inglesa.

John Locke foi um pensador ativista e educador. Em seu ensino apreciava a educação física, uma prática desconsiderada na Idade Média. Encontramos em suas obras os conselhos sobre os cuidados com o corpo, por meio de uma boa alimentação, vestimentas leves, atividades físicas, entre outras recomendações para que fosse criada resistência corporal. Além de educar o futuro cavalheiro para que ele pudesse viajar a negócios sem ser prejudicado por acomodações desconfortáveis, o aluno precisava ser educado para enfrentar quaisquer situações adversas.

Em seu contexto histórico, Locke elaborou suas teorias fundadas em pensadores de seu tempo, do qual utiliza a proposição de que o saber é uma ferramenta do poder. Entender o processo de transformação social do século XVII é necessário para conhecer a base da filosofia liberal que fornece os princípios do liberalismo econômico para a formulação das teorias políticas e educacionais.

Investigamos a trajetória de Locke em seu tempo por receio de formular críticas vulgares sobre uma infundada transposição de ideias do século XVII para o século XXI, sem perceber que suas ideias sobre educação foram elaboradas em



uma época em que não havia escola pública. Lembramos que a implantação da instrução pública ocorreu somente na segunda metade do século XIX.

As teorias moralistas de Locke e seus pensamentos acerca da educação, idealizou a formação do cidadão com base no respeito a liberdade e a tolerância. Essa liberdade é alcançada quando se conquista o direito à propriedade resultante do trabalho. Suas ideias liberais estavam impregnadas pela filosofia empirista e utilitarista e pelos valores religiosos do protestantismo. A liberdade proposta na educação de Locke, portanto, obedece a uma organização dos interesses da classe burguesa.

No pensamento liberal de John Locke, a sua concepção de libertar o homem para ações de diversas ordens, depende da aquisição de conhecimento, disciplina mental e física para responder às exigências da sociedade burguesa. A sua proposta de formação educacional está direcionada aos jovens para serem homens de negócios e com virtudes morais, ou seja, homens respeitados por seus valores nobres sem desvincular de sua formação social enraizada na cultura capitalista burguesa. Nas condutas éticas escolares, condena qualquer ato de violência contra as crianças e jovens.

Outro aspecto que encontramos na proposta de Locke é a construção social do cidadão no espaço escolar, por meio da disseminação de saberes direcionados para a vida e não, somente, para serem cobrados nas avaliações escolares. Concluimos que o ideário liberal de Locke está presente nos diversos segmentos de nossa sociedade que atribuem à educação escolar uma possibilidade de alcançar o mérito e a ascensão social.



REFERÊNCIAS:

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.

CUNHA, Luis Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas)

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. John Locke: por uma educação liberal. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, p.363-377 Set.2012.

GHIGGI, Gomercindo; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **O conceito de disciplina em John Locke: o liberalismo e os pressupostos da educação burguesa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Pensando a Educação nos Tempos Modernos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública**. (*Elementos para a crítica da teoria liberal de Educação*). Tese Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

LOCKE, John. **Pensamientos sobre La Educación**. Madri: Akal, 1986.

LOCKE, John. Alguns pensamentos acerca da educação. **Cadernos de Educação**. Fae/UFPel, Pelotas (13): 147 – 171, ago./dez. 1999a

LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Tradução de Anoar Aiex. Paulo: Nova Cultural. 1999b.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 6. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Nacional, 1973.

MERTON, Robert. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

OLIVEIRA, Sérgio Wagner de. A educação de crianças na visão empirista de John Locke. **Revista Ethos**, Lavras – MG, v. 1, p. 80 – 91, jan./jun. 2003.

PUSTER, ROLF W. John Locke – a ideia do empirismo. In.: KREIMENDAHL, Lothar (Org.) **Filósofos do século XVII**. São Leopoldo, RS. UNISINOS. 2003.



RIBEIRO, Márcen de Pádua. **Revista Educere et educare**. Vol.10, n. 20, jul./dez .2015. p. 837–848.

SALGADO, Gisele Mascarelli. **Contrato como Transferência de direitos em Thomas Hobbes**. Curitiba: Juruá, 2008.

SCHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sydney. **História da Psicologia Moderna**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

TERUYA, Teresa Kazuko. A ética puritana, a educação, a ciência e a tecnologia na Inglaterra do século XVII. **Acta Scientiarum**. Maringá, UEM, v. 26, no. 1, p. 117-121, 2004.

TERUYA, Teresa Kazuko et al As contribuições de John Locke no pensamento educacional. In: **Anais** da IX Jornada HISTEDBR. Belém: UFPA, 2010. p. 1-18.

Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/BDxADftT.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

Recebido em: 19-08-2019

Aceito em: 02-04-2020

ⁱ Parte das discussões deste artigo foi apresentado na IX jornada do Histedbr, realizada na Universidade Federal do Pará em Belém- PA e o texto foi publicado nos Anais do evento (TERUYA et al., 2010).

